

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NO IFAM/CAMPUS  
MANAUS/DISTRITO INDUSTRIAL NA PERSPECTIVA DE  
GÊNERO

Bolsista: Keyla Laura de Souza Mota

MANAUS  
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL  
PIB- H / 0026 / 2011  
A EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA NO IFAM/CAMPUS  
MANAUS/DISTRITO INDUSTRIAL NA PERSPECTIVA DE  
GÊNERO

Bolsista: Keyla Laura de Souza Mota

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Arminda Rachel Botelho Mourão

MANAUS  
2011

## RESUMO

Nosso estudo ocorreu no Campus Manaus/Distrito Industrial, investigamos o Ensino Tecnológico na perspectiva do Gênero. Pesquisas demonstraram que as mulheres não têm quase acesso a área tecnológica, evidenciando a tendência histórica da discriminação feminina nos processos de formação, surgindo assim a necessidade de estudar o ensino tecnológico e a inserção da mulher neste nível de ensino. Observamos que as mulheres têm buscado incentivar sua própria formação, preparando-se para um melhor lugar na sociedade. Apesar deste progresso notório, ainda existem distinções das profissões, e mesmo vivendo em um século que dizem ser tão moderno, a mulher ainda é vista por muitos homens e podemos dizer até por ela mesma, como a mais vulnerável à sentimentalismos, descartando a possibilidade de ser mais ambiciosa, objetiva e sucinta, características que o “homem tem”. Esses são estereótipos criados em processos de formação dos próprios, homens e mulheres. Portanto, foi de total relevância a abordagem sobre a formação profissional implementada pelo IFAM em nível tecnológico, já que esta instituição indica formar profissionais que possam alavancar o crescimento regional. A perspectiva teórico-metodológica é o materialismo histórico que permite a apreensão do real por meio das múltiplas relações que a realidade social apresenta. A análise dos documentos institucionais foi efetivada seguindo os caminhos da metodologia da análise dos conteúdos. Foi feito o levantamento do Estado da Arte, procurando o conceito de Gênero e Ensino Profissional. Observamos que o número de mulheres nesses cursos são bem menores que dos homens. Esse resultado confirma o que a literatura vem dizendo, as mulheres não buscam o ensino Tecnológico. Várias são as hipóteses levantadas, ao nosso ver, um dos principais aspectos, é o cultural. A maioria de professoras é formada em licenciaturas, estudos como o de Mourão (1997) já demonstravam que devido a profissão professor ser desvalorizada era um reduto de mulher. Os homens estão concentrados no coração da formação que é a tecnológica. A maioria das mulheres pertencentes ao corpo técnico-administrativo é formada na área de ciências humanas e sociais, reduto histórico de mulheres.

Palavras-Chaves: Gênero, Educação Profissional; Reforma do Ensino

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2. JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>7</b>
<b>3. PROBLEMATIZAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>4. OBJETIVOS .....</b>	<b>8</b>
<b>5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>8</b>
<b>a. Gênero e classe .....</b>	<b>8</b>
<b>b. Inserção da mulher no mercado de trabalho .....</b>	<b>13</b>
<b>c. Ldb – lei de diretrizes e bases da educação nacional .....</b>	<b>14</b>
<b>d. Educação profissionalizante.....</b>	<b>16</b>
<b>e. Decretos 2208/97 e 5154/04 .....</b>	<b>18</b>
<b>f. A mulher no ensino tecnológico .....</b>	<b>19</b>
<b>6. METODOLOGIA .....</b>	<b>20</b>
<b>7. RESULTADOS .....</b>	<b>21</b>
<b>8. CONCLUSÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>9. CRONOGRAMA .....</b>	<b>24</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>25</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O IFAM (Instituto Federal do Amazonas) possui atualmente dez (10) Campus, sendo que sete destes estão no interior do Estado<sup>1</sup>, em Manaus funcionam o Campus Centro, Campus Distrito Industrial e Campus Zona Leste. Nosso estudo ocorreu no Campus Manaus/Distrito Industrial onde investigamos o Ensino Tecnológico na perspectiva do Gênero.

Nogueira (2008) afirma que o espaço da produção absorve cada vez mais a força do trabalho feminina. Nos dizeres da autora o processo de feminização do trabalho precisa ser olhado com muita atenção, pois ao mesmo tempo em que promove a igualdade de direitos entre homens e mulheres, a lógica embutida neste processo é a da acumulação do capital, deste modo a análise dos processos de formação na área tecnológica têm que considerar essa questão.

As mulheres têm procurado impulsionar sua formação, visando melhor colocação no mercado. Apesar deste avanço inegável, ainda existem diferenciações das profissões (MOURÃO, 1997), sendo necessário estudar o ensino tecnológico e a inserção da mulher neste nível de ensino, para apreender o processo de construção da Educação Profissional no Estado do Amazonas.

Segundo Mourão (1997, p.81) superar a discriminação que historicamente tem confinado a mulher a espaços restritos é uma luta árdua, já que os processos de educação formal mantêm as mulheres fora da área científica e tecnológica. Saffioti (1976) ao fazer uma retrospectiva histórica sobre a escolarização feminina demonstrou que o acesso das mulheres ao ensino superior data da década de 1930, devido principalmente ao processo de industrialização.

A pesquisa realizada sobre a situação da mulher no Ensino Superior nas regiões Norte e Nordeste na década de 1990, demonstrou que existem cursos que são quase que exclusivamente femininos como é o caso da Pedagogia, do Serviço Social e da Biblioteconomia, existindo outros que as mulheres não têm quase acesso, que são os da área tecnológica,

---

<sup>1</sup> Campus de Coari, Campus de São Gabriel, Campus de Lábrea, Campus de São Gabriel da Cachoeira, Campus Maués, Campus Tabatinga e Campus Parintins.

evidenciando a tendência histórica da discriminação feminina nos processos de formação (MOURÃO, 1997).

Os processos de mudanças societárias que ocorreram no mundo modificaram essa situação? Alguns autores como Touraine (2007) afirmam que o mundo é das mulheres, Pereira e Fidalgo (2007) mostram que existe uma diferenciação da inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho, embora as oportunidades tenham se ampliado, há exigência de maior qualificação para as mulheres.

## **2. JUSTIFICATIVA**

Em 2009 foi elaborado um projeto de Pesquisa em articulação com a Universidade Federal Fluminense intitulado “Reconstrução dos caminhos da Educação Profissional no Amazonas: refletindo sobre as categorias de análise”, que discute o Ensino Médio e Profissional. À medida que a pesquisa foi se desenvolvendo ficou evidenciado que existe divisão sexual nos processos de formação. Assim, para entender a Reforma do Ensino Profissional e pinçar as categorias de análise que historicamente têm estado presente na história deste nível de ensino, a questão do gênero teve que ser levada em consideração.

Assim, a relevância da temática reside primeiramente na discussão da formação profissional implementada pelo IFAM em nível tecnológico, já que esta instituição se propõe formar profissionais que possam alavancar o desenvolvimento regional. Foi importante também por que discutiu o Gênero como categoria de análise que possibilitou entender os processos de formação profissional na Amazônia.

## **3. PROBLEMATIZAÇÃO**

Como essa tendência de maior qualificação feminina se expressa no Ensino Tecnológico do IFAM? As mulheres têm adentrado neste nível de ensino? Ou ainda existem diferenciações marcantes entre profissões femininas e masculinas? Para investigar o Ensino Tecnológico na perspectiva do gênero formulamos as seguintes questões norteadoras:

- Qual a situação da mulher no Ensino Tecnológico no IFAM/Campus Manaus/Distrito Industrial?
- Como o Ensino Tecnológico está organizado no IFAM/Campus Manaus/Distrito Industrial?
- Qual o perfil da mulher nos diferentes cursos tecnológicos do IFAM/Campus Manaus/Distrito Industrial?

#### **4. OBJETIVOS**

##### **OBJETIVO GERAL**

Analisar a situação da mulher no Ensino Profissional Tecnológico no IFAM/Campus Manaus/Distrito Industrial.

##### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Verificar como Ensino Tecnológico está organizado no IFAM/Campus Manaus/ Distrito Industrial;
- Traçar o perfil da mulher nos diferentes cursos tecnológicos do IFAM/Campus Manaus/ Distrito Industrial – dos discentes, dos docentes e dos técnico-administrativos.

#### **5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

##### **a. Gênero e classe social**

As semelhanças entre homens e mulheres, ao longo dos séculos, mantêm caráter excludente. São assimiladas de forma bipolarizada, sendo destinado à mulher a condição de inferior, que tem sido refletida pela maioria dos formadores de opinião e dos que ocupam os domínios de poder na sociedade.

Saffioti (1985) ressalta que “as relações entre homens e mulheres estão permeadas pelo poder”. E Weber (1964) ainda salienta que “o poder significa a probabilidade de impor a própria vontade, no interior de uma relação social, mesmo contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento desta probabilidade”. Para o teórico o homem pode almejar o poder pelo poder, não somente para enriquecer economicamente. Há também

o desejo pelas chamadas honras sociais, por status, que na verdade entendendo como um poder simbólico muito desejado pelos homens.

A maneira como o poder econômico e o poder simbólico são alastrados entre os elementos em uma sociedade é chamado por Weber de ordem social, e a divisão da sociedade em classes são fatos da distribuição de poder dentro da sociedade.

A categoria de “classe” está baseada na complexa teoria de Marx (1988) (e seus desenvolvimentos posteriores) sobre a decisão econômica e a mudança histórica. Marx oferece ao conceito de classe o papel explicativo sobre a história da sociedade. Classe surge teoricamente para o pensador a partir da análise de um dado modo de produção. Para Marx, não será somente por meio da observação empírica que podemos determinar a existência das classes sociais, mas, também, da investigação teórica do modo de produção.

Para Weber (1971), a situação de classe indica situações da vida sujeitas a mudanças decorrentes do volume e tipo de poder ou falta deles, de dispor de bens ou habilidades em benefício de renda de uma determinada ordem econômica. Elemento fundamental da análise weberiana, sobre classes é apresentado através das chances de vida. A distribuição da propriedade material entre competidores no mercado cria oportunidades específicas de vida, oportunidades essas que excluem os não proprietários da disputa pelos bens mais almejados, e que favorece aos proprietários dando-lhes monopólio para a aquisição desses bens.

A sociedade moderna é uma sociedade dividida em classes sociais e as relações sociais que os indivíduos mantêm estão posicionadas em determinada classe que produz um forte impacto no que diz respeito às categorias de raça, gênero, etnia e geração. Mas, quando se cita gênero, estamos nos referindo a uma categoria de análise assim com as citadas anteriormente? O que significa?

Todos nós sabemos que, em gramática, quando perguntamos pelo gênero de uma palavra, a resposta, invariavelmente em português, é: masculino ou feminino. E era justamente pelo fato de que as palavras na maioria das línguas têm gênero, mas não têm sexo, que os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar esta palavra

“gênero” no lugar de “sexo”. O Gênero foi se ampliando para as questões da homossexualidade entre outras, mas neste trabalho nos focamos na questão da mulher.

Desta forma, buscavam reforçar a idéia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão biológica, mas sim eram definidos pelo “gênero” e, portanto, ligadas à cultura. O uso da palavra “gênero” tem uma história que tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito.

O gênero parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir na qualidade social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual. As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas, como também iria impor uma reavaliação crítica dos critérios do trabalho científico existente.

Cristina Bruschini (1990) afirma que os conceitos de classe e gênero são analiticamente distintos, existindo situações empíricas em que relações de gênero por elas mesmas são uma forma de relação de classe, podendo a recíproca também ser verdadeira. O exemplo desta afirmação está na fala de Engels (1978): “O primeiro antagonismo de classe que aparece na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher no casamento monogâmico, e a primeira opressão de classe com o sexo feminino pelo sexo masculino”.

Para o pesquisador americano Erik Olin Wright (2001), as relações de gênero tem um papel decisivo no trabalho doméstico e no serviço de cuidado com as crianças. Se as relações de gênero fossem muito mais igualitárias, este tipo de trabalho por sua adequada força não existiriam. A construção de relação de gênero ajuda a esclarecer porque empregos com características particulares têm mais oferta do que outros. Por exemplo, ser solteira e não ter filhos são requisitos importantes para o preenchimento das vagas mais ofertadas. Da mesma forma relações de classe podem gerar um impacto em gênero diz o pesquisador. A demanda por empregos industriais ou

empresariais estimula uma rigidez ou força por parte destes trabalhadores, o que reforça uma cultura machista entre os trabalhadores. A competição, a pressão demandadas pelas carreiras gerenciais ajudam a reforçar um elemento específico das relações de gênero na qual donas de casa estão disponíveis para gerenciar os assuntos pessoais de seus maridos.

A professora Fernanda Marques (1990) observa que a perspectiva de gênero permite entender as relações sociais entre homens e mulheres, o que pressupõe mudanças e permanências, desconstruções, reconstrução de elementos simbólicos, imagens, práticas, comportamentos, normas, valores e representações. A categoria gênero reforça o estudo da história social, ao mostrar que as relações afetivas, amorosas e sexuais não se constituem realidades naturais.

A condição de gênero legitimada socialmente se constitui em construções, imagens, referências de que as pessoas dispõem, de maneira particular, em suas relações concretas com o mundo. Homens e mulheres elaboram combinações e arranjos de acordo com as necessidades concretas de suas vidas.

Durante muito tempo a história das mulheres foi escrita sob a visão masculina e pela classe hegemônica. Portanto, esse tipo de estudo produziu um material, digamos que, restrito, refletindo apenas sobre a figura do homem como sujeito universal.

Essas relações entre homens e mulheres essa dedução, contribuiu para o movimento das mulheres nos anos de 1970, onde discutiam sobre uma identidade coletiva. O movimento firmou ainda mais a incompatibilidade entre homens e mulheres tanto na história quanto na política.

No século XIX, se desenvolveram estudos por Michelet, sobre a mulher como um sexo privado, a autora ressalta que a mulher não podia atuar no âmbito público, invadindo os papéis sociais considerados masculinos, a mesma afirmava que, a atuação da mulher nos espaços “masculinos” distorceria e causaria um desequilíbrio na história. Porém, na década de 1930, o grupo dos Annales representado por Marc Bloch e Lucien Febvre, estava preocupado exclusivamente com o poder público e não com uma racionalidade universal, como os mesmos se referiam ao falar da relação dos sexos. Mas apesar da mulher não ter sido incorporada de início na história do

poder público, nas décadas posteriores, a concretização da mulher na historiografia foi assumida.

Devido a oposição da história "miserabilista" (PERROT, 1987) na qual se sucederam "mulheres espancadas, enganadas, humilhadas, violentadas, sub-remuneradas, abandonadas, loucas e enfermas..." surgiu a mulher rebelde. Sempre forjando, imaginando mil espertezas para burlar as proibições, a fim de atingir seus propósitos. Surge então, a necessidade de focar nas relações de sexo e categoria de gênero. Buscavam reforçar a idéia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do "sexo" como questão biológica, mas sim eram definidos pelo "gênero" e, portanto, ligadas à cultura.

As relações de gênero, como relações de poder, são marcadas por hierarquias, obediências e desigualdades. Estão presentes os conflitos, tensões, negociações, alianças, seja através da manutenção dos poderes masculinos, seja na luta das mulheres pela ampliação e busca do poder. Enfatiza-se então que é da sociedade que surge e se expande a categoria gênero.

Assim, é fundamental discutir como a mulher se insere no mercado de trabalho e como os processos de formação vão se constituindo nas relações sociais.

#### **b. Inserção da mulher no mercado de trabalho**

As mulheres iniciaram no mercado de trabalho primeiramente através da filantropia, iniciação feita pelas mulheres da classe dominante. Em decorrência à "exigência" de nível profissional, por ensino técnico ou superior as mulheres passaram a lutar mais, tentando ingressar no ensino tecnológico ou no nível superior, em cursos considerados masculinos. Essas lutas se alastram desde o século XVII até hoje.

Trabalho e gênero têm chamado a atenção não só para a intensidade da incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, mas também para as características de tal incorporação, que se dá em dois pólos bastante desiguais em relação à qualidade do emprego: de um lado, ocupações de má qualidade quanto a níveis de rendimento, formalização. De outro, as boas

ocupações em relação a essas características, entre as quais estariam as profissões de nível superior – engenharia, direito, medicina, para citar alguns exemplos, nas quais as mulheres passaram a ingressar principalmente em decorrência da ampliação de sua escolaridade e acesso ao nível superior de ensino.

A importância dada à vida familiar e a casa pelas classes médias, desde o século XVII, fortaleceu a ideologia dos papéis domésticos e educativos. De igual modo, as mulheres dos meios populares reagem ao isolamento do lar, buscando alternativas de forma coletiva.

A quebra do isolamento do lar e a participação da mulher no espaço público se deram por um processo de reações e conquistas que se arrasta até os dias atuais. Até mesmo a sua iniciação no trabalho remunerado, que se deveu a uma necessidade do capital de ampliar o seu consumo, ocorreu de forma desigual, pois ela não foi colocada no mercado apenas na condição de força de trabalho, mas também na de mulher condenada e vítima de relações desumanas na esfera privada.

Assim, como observa Cristina Bruschini (1990), a atuação da mulher no mercado de trabalho se dá, até os dias atuais, em condições visivelmente desiguais e excludentes. O preconceito de inferioridade designado ao sexo feminino, durante séculos – através da religião, das leis, da escola e da família, onde, cotidianamente, a própria mulher reproduz a superioridade masculina através da educação familiar ou informal – é apropriado, inclusive, pelo capital e reproduzido nas relações de trabalho pelo mesmo sistema capitalista, que convoca a mulher para o mercado de trabalho remunerado e que a aceita como trabalhadora legítima.

No mercado, dada a sua condição de mulher (paciente, obediente, dedicada etc.), vende a sua força de trabalho a preço mais baixo: o seu trabalho é considerado ajuda (complementação) no orçamento familiar; concentram as atividades em setores extensivos do doméstico, a exemplo da educação, saúde, assistência social, enfermagem e têxtil; desenvolve tarefas difíceis, que o homem, muitas vezes, se nega a fazer; e permanece distante das esferas de comando e decisão entre os próprios trabalhadores.

Na classe dos trabalhadores, a situação de desigualdade se repete. Os preconceitos que favorecem a reprodução de sua inferioridade (mãe, dócil,

frágil, dedicada etc.) são apropriados pelos colegas masculinos, que, ao invés de acolhê-la como companheira, parceira, indivíduo, à aceita na condição particular de mulher, afirma Carole Pateman, (1993).

Na perspectiva do nosso estudo, é importante trabalhar as leis e decretos que normatizam o ensino profissional.

### **c. Lei das diretrizes e bases da educação nacional (LDBN; Lei nº 9394/96)**

A Lei 9394/96 (20/12/1996), que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ou, como é também conhecida, “Lei Darcy Ribeiro”, ancora as políticas apresentadas pelo Executivo, tem um caráter genérico, normatizado, e institui a descentralização do sistema educacional brasileiro, dividindo as responsabilidades de sua condução com Estados, Municípios e Distrito Federal, que ganham assim, autonomia. Por ser bastante genérica alguns a consideram por isso flexível, outros, por vezes, ambígua, a Lei de Diretrizes e Bases necessitou de sucessivos instrumentos legais complementares para sua definição e implementação (BRASIL, 2012).

Em relação à Educação Profissional, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 é considerada um marco na sua forma de tratamento, pela forma global com que o tema é tratado, e pela flexibilidade permitida ao sistema e aos alunos. Até então, a Lei de Diretrizes e Bases anterior, assim como leis orgânicas para os níveis e modalidades de ensino, sempre trataram da educação profissional apenas parcialmente. Legislaram sobre a vinculação da formação para o trabalho a determinados níveis de ensino, como educação formal, que na época dos ginásios comerciais e industriais, que posteriormente através da Lei 5.692/7, com o segundo grau profissionalizante.

Na atual Lei de Diretrizes e Bases o Capítulo III do Título V – Dos níveis e das modalidades de educação e ensino – é totalmente dedicado à educação profissional, tratando-a como parte do sistema educacional. Neste novo enfoque a educação profissional tem como objetivos não só a formação de técnicos de nível médio, mas a qualificação, a requalificação, de trabalhadores de qualquer nível de escolaridade, a atualização tecnológica permanente e a habilitação nos níveis médio e superior.

Enfim, regulamenta a educação profissional como um todo, contemplando as formas de ensino que habilitam e estão referidas a níveis da educação escolar no conjunto da qualificação permanente para as atividades produtivas. Embora a lei não o explicita, a educação profissional é tratada como um subsistema de ensino (BRASIL, 2012).

Em seu Art. 39, a Lei de Diretrizes e Bases faz referência ao conceito de aprendizagem permanente. A educação profissional deve levar ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. E mais uma vez, também, destaca a relação entre educação escolar e processos formativos, ao fazer referência à integração entre a educação profissional e as diferentes formas de educação, o trabalho, a ciência e a tecnologia. O parágrafo único deste artigo e os artigos 40 e 42 introduzem o caráter complementar da educação profissional e ampliam sua atuação para além da escolaridade formal. Finalmente, estabelece a forma de reconhecimento e certificação das competências adquiridas fora do ambiente escolar, quer para prosseguimento de estudos, quer para titulação, de forma absolutamente inovadora em relação à legislação preexistente, permitindo a certificação de profissionais sem a necessidade de educação formal nos cursos (BRASIL, 2012).

Perante isso, a LDB 9394/96 está a serviço da reforma do Estado e têm o objetivo de apropriar o ensino brasileiro às transformações no mundo do trabalho, provocadas pela globalização econômica, as novas tecnologias e técnicas de gerenciamento de produção (NERI, 2004, p.23).

Contudo, a referida lei organiza a Educação em dois níveis, quais sejam: Educação Básica e Educação Superior. A educação básica refere-se à Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (LDB, 1996, art. 21). O Ensino Profissional foi desvinculado da Educação Básica sendo organizado por normas complementares e apresentava-se em três níveis básico técnico e tecnológico (Decreto 2.208/97). As discussões sobre o Ensino Profissional resultaram em modificações na LDB, por isso a importância de discutir os decretos 2.208/97 e o 5.154/04

#### **d. Educação profissionalizante**

A finalidade da educação profissionalizante é implantar cursos que sejam voltados para o ingresso de estudantes e também profissionais que já estão no mercado, mas sentem falta de uma melhor qualificação para exercerem suas atividades, e, ainda, seja um instrumento eficaz na reinserção do trabalhador no mercado de trabalho.

Essa Educação está abordada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), concluída pelo Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997 e aperfeiçoado pelo Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004. Segundo a legislação brasileira existem três níveis de educação profissional: Nível básico, nível técnico e nível tecnológico. Na atual Lei de Diretrizes e Bases do Capítulo III do Título V. Dos níveis e das modalidades de educação e ensino, é totalmente dedicado à educação profissional, tratando-a como parte do sistema educacional.

Neste novo enfoque a educação profissional tem como objetivos não só a formação de técnicos de nível médio, mas a qualificação, a requalificação, de trabalhadores de qualquer nível de escolaridade, a atualização tecnológica permanente e a habilitação nos níveis médio e superior. Enfim, regulamenta a educação profissional como um todo, contemplando as formas de ensino que habilitam e estão referidas a níveis da educação escolar no conjunto da qualificação permanente para as atividades produtivas. Embora a lei não o explicita, a educação profissional é tratada como um subsistema de ensino.

A parceria entre educação e tecnologia, conforme Bastos (1998) “visão do mundo e interpretação das tecnologias à luz de novos valores que reestruturam o ser humano de hoje. É integração aos pressupostos mais amplos da conscientização do trabalhador e da construção da cidadania, voltada especificamente para a produção social”

As novas demandas da produção viraram o mercado de trabalho mais seletivo, exigente, fato esse reforçado pela nova organização empresarial, mais enxuta, com mais tecnologia e menos trabalho, transferindo parte da produção para outras empresas, geralmente pequenas e menos racionalizadas. Menor demanda de mão de obra tem implicado menores oportunidades de trabalho, menores ofertas salariais. Com essas mudanças e exigências profundas que o mundo inteiro vem enfrentando no mercado de

trabalho, é necessário que haja reformas, adequações, que possam suprir essas novas exigências(CHRISTOPHE, 2005).

Essas exigências estão associadas aos avanços tecnológicos e às novas expectativas dos mercados globalizados, que se tornam cada vez mais competitivo. Essa competitividade é uma das características da Educação Profissionalizante. A mesma não tem como ficar de fora dessas grandes mudanças que vem acontecendo ao longo do século, pois, favorecem grandes probabilidades para ingressar com facilidade e qualidade no mercado de trabalho, visando a qualidade de vida de jovens e adultos (idem).

Logo, é preciso o reconhecimento da função educativa do indivíduo no mercado de trabalho e, em conseqüência, o valor dos conhecimentos adquiridos fora da escola, a experiência dos indivíduos no trabalho, buscando incorporá-los na estrutura curricular, além de assegurar a qualificação do trabalhador com suas experiências e com uma certificação (idem).

Nesse sentido, a certificação pode facilitar a continuação dos seus estudos na educação profissional. A formação profissional não se esgota na conquista de um certificado ou diploma. Observa-se a necessidade de uma política que estabeleça a educação continuada, permanente, como forma de atualizar, especializar e aperfeiçoar jovens e adultos em seus conhecimentos tecnológicos (idem).

#### **e. Decretos 2.208/97 e 5.154/04**

O presidente da república, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição pública o decreto 2.208/97:

Art. 1º A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

I - formação inicial e continuada de trabalhadores;

II - educação profissional técnica de nível médio; e

III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Este Decreto, segundo o Governo, procurou articular e integrar esforços em prol do fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica, apontando para a flexibilização e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador<sup>2</sup>.

A expressão “Educação Profissional” é genérica e abrange vasta gama de processos educativos, de formação e de treinamento em instituições e modalidades variadas. Referem-se tanto ao ensino ministrado nas instituições públicas e escolas regulares quanto a quaisquer processos de capacitação da força de trabalho, de jovens e adultos, ministrados por uma ampla variedade de cursos técnicos, de formação ou de treinamento, com natureza, duração e objetivos diferenciados (BRASIL, 1996).

Esta indistinção terminológica que contribui para gerar confusão se origina no estágio de desenvolvimento da própria legislação concernente, já que o ensino profissional devido as polêmicas passou por reformas que culminaram com o decreto 5.154/04 que ampliou a articulação entre a Educação Básica e o Ensino Profissional, embora as discussões a respeito do ensino profissional não se esgotaram.

#### **e. A mulher no ensino tecnológico**

Percebemos que na última década não houve alterações marcantes na estrutura ocupacional da mulher nos ensinos profissionalizante, pois os movimentos do emprego formal entre as mulheres se associaram, em grande parte, a ensinos tradicionalmente femininos, como aquelas ligadas a serviços de limpeza, ocupações administrativas, magistério e enfermagem. Podemos observar mudanças no ensino tecnológico pela ampliação da presença das mulheres nos cursos de engenharia, direito, arquitetura e etc. Considerados até um tempo, cursos excludentes para homens (SILVA, 2001).

---

<sup>2</sup> Vários autores como Acácia Kuenzer, Gaudêncio Frigoto, Maria Ciawata e Marise Ramos entre outros, se opõem a essa interpretação, considerando que o referido decreto ao desvincular a Educação Profissional da Educação Básica, compromete a formação do trabalhador.

O acesso à educação formal tem sido um foco nas lutas das mulheres desde o surgimento da sociedade moderna. A fundação da primeira escola superior para mulheres foi nos Estados Unidos da América, porém destaca-se que o objetivo principal desta escola era educar esposas para os pastores e missionários, ou seja, formar esposas adequadas a uma função social masculina. A visão sobre a educação da mulher era meramente um treinamento para o mundo privado, isto é, preparar a mulher para atuar no espaço doméstico e cuidar do marido e filhos e não para desenvolver um trabalho assalariado (SILVA, 2001).

Com as variações socioeconômicas, de urbanização e industrialização no século XX, os progressos tecnológicos e a divulgação dos meios de comunicação, foram significativos, assim como, a eclosão do movimento feminista, além das atividades em época de guerra.

Foi por meio do movimento feminista que o mundo passou a admitir a condição de opressão e disparidade que as mulheres estavam contidas e a partir das revelações, possibilitou um desempenho maior no espaço público e, por conseguinte, um desempenho política e social pela igualdade de direito, de educação e profissionalização (SILVA, 2001).

## **6. METODOLOGIA**

A perspectiva teórico-metodológica é o materialismo histórico que segundo Frigoto (1991) permite apreender o real por meio das múltiplas relações que a realidade social apresenta. Para o autor “a dialética situa-se, então, no plano da realidade, no plano histórico, sob a forma de trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção desenvolvimento e transformação dos fatos” (FRIGOTO, 1991, p. 75).

Marx utilizou o método dialético para explicar as mudanças importantes ocorridas na história da humanidade através dos tempos. Ao estudar determinado fato histórico, ele procurava seus elementos contraditórios, buscando encontrar aquele elemento responsável pela sua transformação num fato, dado continuidade ao processo histórico. Os conceitos básicos do Materialismo Histórico constituem uma teoria científica da História, vista até então como uma simples narração de fatos históricos (TRIVIÑOS, 1987).

O ponto de partida são os fatos empíricos que nada mais são que dados da realidade, para posteriormente buscar as raízes, para apreender o movimento do real em suas contradições e múltiplas relações.

Os procedimentos metodológicos foram:

1. Levantamento bibliográfico do Estado da Arte sobre Gênero e Ensino Profissional;
2. Compilamento documentos que articulam a organização do Ensino Tecnológico no Campus Manaus/ IFAM/ Distrito Industrial;
3. Compilamento as fichas de matrículas dos discentes por curso para traçar o perfil da mulher nos diferentes cursos tecnológicos do Campus Manaus/ IFAM/ Distrito Industrial;
4. Compilamento as fichas cadastrais dos docentes por curso para traçar o perfil da mulher nos diferentes cursos tecnológicos do Campus Manaus/ IFAM/ Distrito Industrial;
5. Compilamento as fichas cadastrais dos técnico-administrativos por curso para traçar o perfil da mulher nos diferentes cursos tecnológicos do Campus Manaus/ IFAM/ Distrito Industrial;

A análise dos documentos institucionais foi efetivada seguindo os caminhos traçados por Birdan (1987, p. 38), que considera a análise dos conteúdos como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

A referida autora refere-se a três etapas para proceder ao tratamento dos documentos que foram analisados. A primeira etapa foi a pré-análise, na qual se deu a organização dos documentos, iniciando uma leitura que ela qualifica como flutuante, estabelecendo quais são os documentos que seriam analisados, e a partir da escolha dos documentos hipóteses foram levantadas.

Na segunda etapa ocorreu a exploração mais detalhada do material, ocorrendo à codificação e a categorização do material compilado. Na terceira etapa é que se estabeleceram os processos de interpretação e de inferência.

## 7. RESULTADOS

Como previsto foi feito o levantamento do Estado da Arte, procurando o conceito de Gênero e Ensino Profissional. Compilamos as fichas de matrículas de todos os discentes por curso, buscando traçar o perfil da mulher nos diferentes cursos tecnológicos do IFAM/Distrito Industrial/Manaus.

Os cursos tecnológicos são 3 (três): Tecnologia em Sistemas Eletrônicos, nesse curso estão matriculados 112 (cento e doze) alunos, entre esses matriculados 22 (vinte e dois) são mulheres. No curso de Tecnologia em Mecatrônica Industrial estão matriculados 144 (cento e quarenta e quatro) alunos, onde 18 (dezoito) são mulheres e o curso de Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações, possui 122 alunos sendo que, 20 são mulheres.

Observamos que o número de mulheres nesses cursos são bem menores que dos homens. Esse resultado confirma o que a literatura vem dizendo, as mulheres não buscam o ensino Tecnológico. Várias são as hipóteses levantadas, ao nosso ver um dos principais aspectos é o cultural.

São 68 docentes que atuam no IFAM/Distrito Industrial, sendo que apenas 16 são mulheres. 10 dessas mulheres tem especialização, 4 tem mestrado e 2 tem graduação. Dentre essas 16 mulheres, 3 são formadas em Licenciatura Plena em Letras, 2 em Licenciatura Plena em Química, 2 em Licenciatura Plena em Matemática, 1 em Licenciatura Plena em Educação Física, 3 em Pedagogia, 1 em procedimentos em informática, 2 em Engenharia Elétrica, 1 em Licenciatura Plena em Artes e 1 em Licenciatura Plena em Geografia.

Observamos que a maioria de professoras é formada em licenciaturas, estudos como o de Mourão (1997) já demonstravam que devido a profissão professor ser desvalorizada era um reduto de mulher. Os homens estão concentradas no coração da formação que é a tecnológica.

No que diz respeito aos técnicos administrativos, são 40 que atuam no IFAM/Distrito Industrial. 24 mulheres, 1 com Ensino Fundamental Completo, 2 com Ensino Médio Completo, 5 graduadas, 13 com Especialização e 3 com Mestrado, 7 atuam na área administrativa, 1 é servente, 1 assistente social, 2 psicólogas, 2 odontólogas, 1 médica, 2 pedagogas, 2 bibliotecárias, 1 porteira, 2 técnicas em assuntos educacionais e 1 contadora.

Novamente a questão se repete, a maioria das mulheres pertencentes ao corpo técnico-administrativo são formadas na área de ciências humanas e sociais, reduto histórico de mulheres.

Observamos nesses cursos que a trajetória da inserção das mulheres no ensino tecnológico, ainda apresenta um longo caminho a percorrer em direção à igualdade com os homens e à ocupação de outros espaços no mercado de trabalho. Percebemos que há uma grande demanda de homens nos três cursos e no corpo docente no IFAM/Distrito Industrial. Logo, podemos completar que a demanda de preenchimento de vagas no corpo docente para os próximos anos será mais masculina.

Pois, ainda que se veja a mulher lutando pela igualdade e respeito na sociedade, a sua inserção em relação a ensino profissionalizante tecnológico é ínfima. Não podemos criar expectativas em cima de pequenos resultados. No que diz respeito à **igualdade** na sociedade, isso é o mínimo. Ressaltamos que a própria mulher se inibe de fazer e correr atrás de respeito e igualdade, por a mesma “compreender” que cursos, principalmente da área exata são exclusivos para o “homem”.

## **8. CONCLUSÃO**

O trabalho até aqui apresentado buscou compreender e traçar o perfil da mulher no Ensino Tecnológico e tratando o Gênero como categoria de análise.

Mesmo em pleno século XXI, a mulher ainda é vista por muitos homens e pode-se dizer até pela mesma, como a mais vulnerável à piedade, chora com mais facilidade, é mais afeita à inveja, à lamúria, à injúria, tem menos pudor e menos ambição, é menos digna de confiança, é mais encabulada. São estereótipos criados em processos de formação do ser mulher e ser homem.

A mulher é vista para dedicar-se apenas para o lar e a educação das crianças muitos vêem a mulher como destinada ao casamento e à

maternidade a consideram pouco dotada intelectualmente, caprichosa indiscreta e moralmente fraca. Sua única força é o encanto. Sua virtude é aparente e convencional. É importante destacar que o culto ao corpo colabora com essa visão. Inclusive a indústria que mais cresce é a da beleza. Logo, tais atributos imputados à mulher, reforçam a exclusão da mulher, nos níveis de ensino tecnológicos e superiores e conseqüentemente na sociedade.

No entanto, não se pode negar o grande avanço que a mulher vem tendo ao longo da sua trajetória árdua para o ingresso em Instituições de Ensino Tecnológico, visto ainda como Ensino apenas para homens.



## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Fontes, 2001.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Projeto de lei nº 1603/96. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível no site [www.ministeriodaeducacao.com.br](http://www.ministeriodaeducacao.com.br)

BASTOS. J.A.S.L. A educação tecnológica: conceitos, características e perspectivas. Revista, Educação & Tecnológica, Curitiba: CEFETPR, 1998.

CHRISTOPHE, C. **A Legislação e a Educação Tecnológica no quadro da educação profissional brasileira**. Disponível no site [www.categoriagenero.com](http://www.categoriagenero.com). 2005.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FRIGOTO, G.O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.

MARQUES, F. **O uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. Disponível no site [www.disciplinas.usp.br](http://www.disciplinas.usp.br) , 1990.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 3. São Paulo: Bertrand, 1988.

MOURÃO, Arminda R. B. Radiografia da Situação da Mulher na Universidade do Amazonas. In: PASSOS, Elizete S. **Um mundo dividido: o gênero nas universidades do Norte e Nordeste**. Salvador: UFBA, 1997.

NOGUEIRA, Claudia M. Notas sobre a mulher e sua luta pela “Igualdade Substancial”. In: LUCENA, Carlos (org). **Trabalho, Precarização e Formação Humana**. Campinas; São Paulo: Alinea, 2008.

PATEMAN, C. **Potencial da Educação tecnológica em geração de renda: mulheres rodeadas de linguagem gerando conhecimento**. Disponível em [www.pt.scribd.com](http://www.pt.scribd.com). 1993

PEREIRA, Jacqueline; FIDALGO, Fernando. A gestão do trabalho e o desenvolvimento de competências segundo o sexo. In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora; FIDALGO, Nara (orgs). **Educação profissional e a lógica das competências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher nas sociedades de classes**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SILVA. **Caminhando na história da educação tecnológica do Brasil.** Disponível no site [www.categoriagenero.com](http://www.categoriagenero.com). 2005.

TRIVIÑOS. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1987

WEBER, Max. **“Classe, estamento, partido”.** In: Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WRIGHT, E. **Uma categoria útil para análise histórica.** Disponível no site [www.disciplinas.usp.br](http://www.disciplinas.usp.br). 2001.